

Sinduece Informa

Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará – Sinduece – Seção Sindical do Andes-SN - edição 02

> Editorial

Em comemoração ao terceiro aniversário do PCCV

Neste mês de Maio, o Plano de Cargos Carreira e Vencimentos (PCCV) dos professores das universidades estaduais cearenses completa três anos. Fruto das heróicas greves protagonizadas por estudantes e professores em 2006 e 2007/2008, o plano representa uma conquista significativa para os docentes e para a própria universidade pública. Os ganhos do movimento, entretanto, vão muito além.

O fato de termos pautado a universidade num debate corajoso com os poderes executivo e legislativo e, inclusive, ter angariado a simpatia de importantes setores da sociedade, representa uma vitória inequívoca. Com efeito, os investimentos pontuais de hoje são desdobramentos do clima criado pelo movimento – apesar de todo o esforço para convencer do contrário!

O júbilo deste aniversário não deve, entretanto, conduzir à paralisia. Ao contrário, ele desafia nossa capacidade de retomar o fervor da luta, por imposição do próprio momento presente.

Primeiro. Façamos saber a todos que alguns direitos inscritos no PCCV estão na mira do governo que pretende assumir a prerrogativa de conceder e retirar a gratificação por Dedicção Exclusiva (DE) e alterar o regime de trabalho de 40h para 20h (e vice-versa) consoante a justificativa do “interesse público”, em detrimento do trabalhador. No mesmo sentido, o governo esquivava-se de instituir novo decreto que facilite o afastamento dos docentes para pós-graduação, defendendo a continuidade das atuais regras, bastante prejudiciais à categoria. Em poucas palavras: o que de positivo foi cravado em lei no fragor da greve de 2007/2008 pode agora voltar-se contra os professores, por ocasião da regulamentação do plano.

Segundo. Nunca é demais realçar o abandono em que se encontram os campi da UECE que não foram beneficiados com investimentos em infraestrutura, a exemplo das unidades interioranas e do Centro de Humanidades que, inclusive, teve boa parte do acervo bibliográfico danificado pelas chuvas. A carência de professores, mantida em silêncio obsequioso pela administração superior da UECE, e a contratação abusiva de substitutos como contrapartida, são outras variáveis impossíveis de ser escondidas – apesar das tentativas nesse sentido.

Em face da história recente das universidades estaduais cearenses, não é mais possível olvidar o fato de que somente a pressão política dos professores, dos estudantes e dos servidores tem a capacidade de pautar os reais problemas destas instituições e conquistar melhorias substantivas.

Estes três segmentos são os vetores de força que vivificam as universidades e, além disso, não devem nenhum obséquio ao governo. Por isto, são estes segmentos os reais sujeitos portadores da possibilidade de transformação substantiva das nossas universidades. A passagem da mera possibilidade para a efetividade se dá quando estes sujeitos assumem a defesa da dignidade no trabalho e da universidade pública a serviço da sociedade, engajando-se na luta política. Fora desse âmbito, vigora apenas a ilusão e o fetiche da burocracia.

É nesse sentido que a Sinduece conchama a todos para se engajarem na construção da assembléia do dia 27 de maio e do ato público no dia 30 de maio. Confiamos nas nossas forças, porque só delas podemos dispor.



23.11.07
Audiência
Pública
na AL

Três anos de PCCV: festa e reflexão!

A máxima é tão velha quanto o homem: “como o tempo passa depressa!”. Na vida dos professores percebemos isso quando encontramos ex-alunos e perguntamos se eles já se formaram, ao que respondem: “Ô professor, já faz três anos”.

A vida corre em torvelinho, de uma maneira que mal temos tempo de perceber o quanto o tempo passa. Assim, já está fazendo três anos que nosso Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) foi aprovado depois de uma árdua luta, com três greves consecutivas, onde o fatalismo e a letargia foram cedendo espaço à garra e à esperança.

Para alguns que insistiram em ficar a margem deste processo ou para outros que reticentes viam nas greves um instrumento de mera agitação política pela agitação, o PCCV foi visto como dádiva do poder, um fruto que de tanto esperar amadurecer, um dia simplesmente caiu da árvore.

Mas nós todos sabemos que o PCCV é a consequência de uma luta maior do que busca de carreira e salário mais dignos. Faz parte orgânica da luta pela defesa das universidades estaduais cearenses, condição essencial para que no cotidiano possamos vivenciar a alegria de fazermos parte de Instituições de Ensino Superior que não sejam caricaturas de universidades e sim espaços de produção de conhecimento e pluralismo de idéias.

Assim, conclamamos alunos e professores neste terceiro aniversário de implantação do PCCV a construir espaços coletivos de reflexão. A conquista do PCCV, exaustiva e realizada em caminhos íngremes, não pode oferecer motivos para que repousemos nos louros da vitória. Temos ainda muitas batalhas pela frente.

A UECE sofre pela falta crônica de professores, problemática esta que se torna ainda mais aflitiva no interior do Estado. A precária infraestrutura material das unidades é inaceitável, já produzindo, inclusive, ferimentos em alunos (como aconteceu no Restaurante Universitário do Itaperi este ano) bem como alagamento de salas e perda de livros (ocorrido no CH). A lenta e gradual diminuição de funcionários torna o dia a dia do funcionamento institucional cada vez mais improvisado.

A situação de trabalho dos professores

substitutos, com salários indignos e sem perspectiva de realização de concursos na UECE e muitas vezes sujeitos a sobre-jornadas de trabalho, coloca na ordem do dia a denúncia da utilização da figura do professor substituto como expressão de uma política pública de precarização do trabalho docente na Universidade.

Quando clamamos pela realização de concursos públicos que supram as reais necessidades de professores de nossos cursos de graduação e pós-graduação, na verdade estamos querendo discutir qual é o futuro da UECE. Queremos ser uma Universidade firmemente alicerçada nas práticas de pesquisa, extensão e formação? Ou nos quedaremos frente a projetos que se insinuam hoje nas instâncias de poder, que acenam à esta Universidade um papel que a reduz a um conglomerado de cursos formando precariamente seus alunos?

Temos muito o quê comemorar pela conquista do PCCV, mas existe ainda muito a ser feito. A UECE deve se libertar de uma vez por todas da mesquinha de projetos institucionais que volta e meia nos diz que somos um Estado pobre que não pode investir em Universidades, mas onde sobra dinheiro para obras que deixariam os faraós egípcios em complexo de inferioridade. Temos que nos libertar de formas atávicas de pensamento que insistem em reduzir as atribuições desta universidade ao papel de uma “escolinha”, preocupada apenas com a frequência dos seus alunos e com suas notas. Uma Universidade é muito mais do que isso. Ela deve construir conhecimento ao mesmo tempo em que investe em projetos de extensão e forma seus alunos enquanto sujeitos autônomos que buscam semear práticas de liberdade e tolerância mútua.

Festejemos! Mas durante a festa não podemos nos esquecer das muitas tarefas a serem realizadas. A SINDUECE convida você a continuar no pleno exercício do direito de ser feliz e buscar uma UECE melhor para toda a sociedade cearense! Sigamos na luta!

Prof. Dr. Erasmo Miessa Ruiz
Psicólogo, doutor em Educação
Professor adjunto do CCS - Medicina

Estudantes e professores pressionam por audiência com governador

As demandas das universidades estaduais do Ceará não são novidade para a sociedade cearense. Matérias veiculadas na mídia, atos públicos e audiências com secretários do governo estadual são recorrentes na agenda dos movimentos estudantil e docente das estaduais. No último dia 08 de abril, estudantes e professores das três universidades estaduais do Ceará realizaram ato em frente ao Palácio da Abolição para reivindicar uma audiência com o governador do estado, Cid Gomes.

A pauta de reivindicações é longa: realização de concurso público para professores efetivos, regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), entrega do restaurante universitário da UECE, equiparação salarial entre os professores substitutos e efetivos, investimento em assistência estudantil e construção de residências e restaurantes universitários na UEVA são os principais pontos. Participaram do protesto professores e estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Regional do Cariri (URCA), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) e representantes do Andes Regional NE I. O ato contou ainda com o apoio de sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Ceará e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Ceará (Sintro), além da presença de um representante da Intersindical.

Durante o ato, um grupo foi recebido pelo secretário adjunto do Gabinete, Almircy Pinto, pois o governador estava na inauguração do Hospital Regional do Cariri, em Juazeiro do Norte. O secretário Almircy Pinto ligou para o chefe do gabinete, Ivo Gomes, que prometeu

negociar uma audiência com Cid. Um mês já se passou desde a manifestação, mas o governador Cid Gomes ainda não se posicionou a respeito da audiência pedida por estudantes e professores.

A carência de professores nas estaduais

De todas as demandas das instituições estaduais de ensino superior do Ceará, a mais urgente é a realização de concurso público para professores efetivos. Em abril deste ano, a Sinduece solicitou à Reitoria e à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) o levantamento da carência real de professores, mas não conseguiu ter acesso a essas informações. Em face do sigilo com que esta matéria vem sendo tratada pela administração superior da UECE, a diretoria da Sinduece empreendeu uma pesquisa no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do sistema de busca eletrônica, para calcular a entrada e saída de professores na UECE no período de 2000 a 2010.

Os picos de oferta de vagas para professor efetivo nos anos de 2002 e 2005 foram motivados por intensas mobilizações e, inclusive uma greve, dos estudantes e professores da UECE. Trata-se inequivocamente de conquistas do movimento político. Os dados também demonstram que os seguidos governos têm adotado a mesma política de contratação de professores substitutos em detrimento da oferta de vagas para efetivos. Nesse quesito, o governo Cid Gomes tem sido pródigo, alcançando no seu primeiro mandato números generosos: três vagas ofertadas para professor efetivo contra 518 para substituto e visitante; 54 nomeações de efetivos contra 83 exonerações e aposentadorias.



Professores e estudantes fazem ato no Palácio do Governo

Fala, Professor (a)!

Em termos de coordenação, nós estamos nos apropriando da demanda de concurso para professor efetivo e verificando que há, de fato, mais substitutos do que está previsto na lei 14, que regulamenta essa condição. Esse levantamento completo nós ainda não temos, mas, mesmo como professora que já está na casa desde 1994, eu venho acompanhando a realização de concurso pra efetivos. Ocorreu em 1998, outro em 2002, depois da greve realizada naquele ano.

No caso do Serviço Social, naquele último concurso realizado em 2002, foram convocadas as 8 professoras aprovadas, mas, ao longo desses anos, de 2002 pra cá, quase dez anos, outros professores se aposentaram, novas demandas surgiram, porque há um crescimento do curso em termos de atividades, de laboratórios, de pesquisa, o mestrado que está sendo criado, então tudo isso, de fato, coloca uma outra realidade pro Serviço Social diferente de dez anos atrás e, ainda assim, nós estamos com a realidade de professores substitutos em grande número, atendendo o cotidiano da graduação e, claro, com muita competência, se envolvendo em outras atividades.

A necessidade que nós tínhamos de concurso, em 2002, voltou a um mesmo patamar numérico que antes, sendo que essa demanda do Serviço Social no que diz respeito a esses projetos envolve uma necessidade de ampliação do quadro, e não só de repor os professores que se aposentaram ou se afastaram. É uma situação difícil. Quem viveu a condição de substituto sabe que o trabalho é quebrado, a dinâmica nos deixa com angústia, porque não é possível pensar em processo de trabalho mais qualificado.

Além disso, temos chamado a atenção para o problema da diferenciação salarial entre substitutos e efetivos. Em alguns cursos na universidade, a gente sabe da sobrecarga dos substitutos e nós não compactuamos com essa situação. Tudo isso mostra que a realização de um concurso é algo inadiável, é algo pra ontem, mas também tenho clareza que só vai acontecer com a luta política, não é só uma constatação dessa demanda e dessa realidade.

Cristina Nobre

Coordenadora do curso de Serviço Social da UECE



Ato unificado das três universidades estaduais do Ceará, no dia 08 de abril, em frente ao Palácio do Governo

Embora possa haver pequena margem de erro nos dados coletados, o sindicato considera importante a divulgação da síntese do levantamento, conforme quadro abaixo:

Ano	Oferta de vagas		Entrada e saída de professores efetivos		
	Efetivo	Substituto/Visitante	Nomeações	Aposentadorias	Exonerações
2000	0	184	36	34	3
2001	0	71	17	18	9
2002	129	142	0	34	7
2003	0	54	115	60	11
2004	0	107	35	35	7
2005	103	54	92	25	11
2006	14	80	35	13	18
2007	3	80	13	11	2
2008	0	99	9	15	5
2009	0	127	26	33	10
2010	0	212	6	1	6
Total	249	1.210	384	279	89

Movimento docente arranca pareceres da PROCADIN e da PGE sobre regulamentação do PCCV

Há dois anos, a Seção Sindical do Andes-SN na UECE (Sinduece) espera por um posicionamento oficial da Procuradoria Geral do Estado (PGE), desde que foram encaminhadas, em 2009, minutas de leis e decretos que regulamentam pontos do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos professores. No mês passado, o procurador geral do estado, Dr. Fernando Oliveira, sobrepôs seu “de acordo” ao parecer técnico emitido pela procuradoria da Seplag sobre as minutas que tratam da Gratificação de Trabalho em Condições Especiais (GTCE), do afastamento de professores para realização de pós-graduação, da regulamentação da Dedicção Exclusiva (DE) e da mudança no regime de trabalho de 40 horas para 20 horas semanais e vice-versa.

Consenso

Em relação à GTCE, a procuradoria opina que deverá ser instituída por lei, e não por decreto, como sugerido, uma vez que têm implicações financeiras para o erário. Ressalva, ainda, que o texto especifique o fato gerador, a base de cálculo e o percentual da gratificação. Segundo nota técnica da assessoria jurídica do Sindicato, não há discordância quanto a estas exigências da procuradoria. As administrações superiores das universidades deverão encaminhar os trabalhos no sentido de atender as sugestões com a participação de representante das seções sindicais.

Dissenso

A minuta sobre o afastamento de professores para cursar pós-graduação obteve um posicionamento dúbio dos procuradores, embora demonstrem firmeza em defender a continuidade das atuais regras. Na opinião do presidente da Sinduece, professor Epitácio Macário, o decreto vigente “engessa e dificulta muito o afastamento dos professores por três razões: os prazos estabelecidos não condizem com os tempos dos programas de pós-graduação, a exigência de renovação anual da liberação traz inúmeros prejuízos para os afastados, inclusive perdas de bolsas, e o extenso trâmite do processo que tem de passar por várias instâncias universitárias e externas à universidade, sendo publicado por sanção direta do governador. É impraticável”, conclui.

A diretora do Núcleo de Ensino e Pós-Graduação da UECE, Fátima Leitão, diz que, para ser afastado, o docente tem de passar por um processo demorado. “No nosso caso de professor, tem uma tramitação bem longa, porque nós dependemos da liberação do nosso colegiado de curso, depois do Conselho de Faculdade ou Centro, aí vem para pró-reitoria, que dá o parecer, e depois nosso parecer vai pra CPPD, seguindo para o DEPE e só depois vai para os órgãos do governo do Estado”, explica. Apesar disso, a diretora diz que a Universidade vive um momento de celeridade na aprovação de processos. “Em relação à UECE, a tramitação dos processos está sendo muito ágil, pelo menos aqui, na pró-reitoria, na CPPD. Não há demora nos órgãos, a não ser quando o professor não cumpre com aquela documentação necessária”, enfatiza.

Na reunião convocada pelos sindicatos com a Secitece, a PGE e as administrações superiores das IEES, os representantes da Sinduece, Sindiuva e Sindurca reforçaram a tese



Reunião com secretário René Barreira, na Secitece

de que a qualificação no nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado é uma exigência da carreira docente, razão por que a liberação deve ser facilitada, ao contrário do que ocorre atualmente.

O titular da Secitece, professor René Barreira, acenou para a desburocratização no trâmite dos processos, e os procuradores sinalizaram para a inserção de itens, no decreto vigente, que contemplem a especificidade dos docentes universitários.



Professores reúnem-se com Secitece e PGE, em 2010, para reivindicar a regulamentação do PCCV

Fala, Professor (a)!

Tenho extremo orgulho de ter participado e testemunhado a confecção, discussão e implementação do PCCV de nossa categoria. Foi um momento de muita vitalidade política, além de um aprendizado fantástico. O PCCV é uma conquista da motivação, isto é incontestável. Com ele, as pessoas estão mais aliviadas e podem ascender com mais tranquilidade na carreira.

Entretanto, isso não significa que temos que nos acomodar. A conquista do PCCV tem que sair da sua fase de comemoração e instaurar um processo de fiscalização. Temos que evitar o estado de sonolência, precisamos despertar para desafios que batem a nossa porta: a ameaça da DE se tornar uma negociação de balcão, onde caberia ao administrador da FUNECE o papel de escolha de quem teria DE. Isso é uma séria ameaça aos nossos direitos; seria um retrocesso na nossa carreira, além de criar uma situação que motivaria o nefasto clientelismo.

Depois da aprovação de nosso PCCV, houve uma letargia em nossa capacidade de

Não há acordo

Já no que respeita à dedicação exclusiva e mudança no regime de trabalho, sindicalistas e governo estão em total desacordo. Para o governo, a iniciativa para concessão da Gratificação de Dedicção Exclusiva (GDE) e para a alteração do regime de trabalho de 40 para 20 horas semanais, ou vice-versa, pode ser do estado por meio das administrações superiores das universidades. Neste ponto, o parecer das procuradorias contradiz o mérito apresentado nas minutas, segundo o qual a iniciativa para tais mudanças deve ser do trabalhador. Para a professora Adelita Carleial, “o governo está mudando as regras do jogo, aproveitando-se do clima de calma da categoria”. Ela ressalta, ainda, que “as minutas foram elaboradas sob consenso dos diversos integrantes das comissões” e que mudança tão drástica “leva ao descrédito da própria mesa de negociação”.

A assessoria jurídica do sindicato lembra que a Constituição Federal veta a redução salarial por iniciativa do empregador. Com isto, a proposta do governo contradiz a lei maior da nação brasileira, além de ferir acordos previamente selados entre os diversos segmentos da universidade.

indignação. Esquecemos, perigosamente, que o Estado tem obrigações constitucionais para com o ensino superior. Não se sabe o que significa a UECE para o governo. A UECE é um setor estratégico para o desenvolvimento e distribuição de renda para o Ceará? Qual o papel da UECE na formação de quadros capazes de qualificar a ciência, a tecnologia e a cultura no Estado?

Estamos abrindo mão de cobrar de forma organizada que merecemos uma biblioteca de vergonha. Nossos prédios carecem de tudo; somos craques no improvisado em fazer “concertos” na parte elétrica, hidráulica, alvenaria e demais itens infra-estruturais. Longe de ser um muro de lamentações, essa é uma reflexão em torno de uma pergunta que ainda não foi, sequer, ensaiada sua resposta: O que a UECE representa estrategicamente para o atual governo?

Erik Assis

Professor do curso de História da UECE

Sinduece promove atividades nos campi do interior do Estado

A gestão "Trabalho digno, autonomia e democracia na universidade" está ampliando as ações do Sindicato dos Docentes da UECE (Sinduece) para os campi do interior do Ceará. Em março, a Sinduece promoveu o seminário "Trabalho docente e sofrimento – o papel do sindicato no enfrentamento da questão", na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Aureliano Matos (Fafidam), em Limoeiro do Norte. O seminário, que teve o apoio da diretoria

"Diário de Classe", produzido e finalizado pela Sinduece.

As próximas atividades serão na Faec, em Crateús, nos dias 24 e 25 de maio, e na Feclesc, em Quixadá, no dia 08 de junho. A diretoria trabalha na perspectiva de realizar o evento nas unidades de Itapipoca e Tauá até agosto próximo. O objetivo do seminário é engajar professores, estudantes e servidores na luta política em defesa da dignidade no



Palestra "Trabalho Docente, Precarização e Sofrimento: desafios da luta sindical", na Fecli

da Faculdade, foi o primeiro de uma série que o Sindicato pretende organizar.

No dia 11 de maio, a Sinduece repetiu a iniciativa, mas desta vez o local escolhido foi a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguati (Fecli). À tarde, representantes da diretoria do Sindicato e do movimento estudantil reuniram-se com professores da Faculdade e encaminharam nomes de articuladores locais para fazer o diálogo entre as ações da Sinduece na capital e no interior. No período da noite, o evento contou com a palestra "Trabalho Docente, Precarização e Sofrimento: desafios da luta sindical", que pautou as condições de trabalho dos docentes, especialmente a categoria do interior do Estado. Na ocasião, também foi exibido o documentário

trabalho e da melhoria substantiva da nossa universidade.

Além das ações no interior do Estado, a seção sindical vem articulando atos em espaços públicos de Fortaleza. Em abril, professores e estudantes das três universidades estaduais protestaram em frente ao Palácio do Governo a fim de conseguir uma audiência com o governador do Estado, Cid Gomes. Passado dois meses do ato, os movimentos estudantil e docente das estaduais avaliam como imprescindível a realização de outra manifestação, tendo em vista que não se obteve nenhum encaminhamento prático do governador. Participe deste movimento pela valorização das universidades estaduais do Ceará.

Fala, Professor (a)!

A proposta do governo estadual para a regulamentação do PCCV dos professores das Universidades Estaduais do Ceará, no que se refere à dedicação exclusiva e ao regime de trabalho, expressa no Parecer da Procacin, aponta claramente para a retirada de direitos conquistados historicamente na luta, ao sugerir que a concessão ou a retirada da DE e a mudança do regime de trabalho de 20 para 40h e vice-versa podem ser feitos pela administração superior à revelia do professor.

Na visão do governo, a defesa do interesse público seria prerrogativa da instituição universitária, o que justificaria que decisões desse tipo que afetam diretamente a qualidade do trabalho docente possam ser tomadas unilateralmente.

É preciso esclarecer que o trabalho docente universitário assentado no tripé ensino-pesquisa-extensão demanda necessariamente dedicação exclusiva como uma condição sine qua non para uma intervenção qualificada e comprometida com o desenvolvimento da ciência. Em contrapartida, o governo estadual busca avaliar o trabalho docente a partir do crivo do mercado e da produtividade, desconsiderando as suas especificidades.

Nesse sentido, considero que nossos direitos, em particular, a Dedicação Exclusiva, estão sob ameaça. É preciso uma resposta urgente da comunidade universitária a mais uma tentativa de ataque à já precária qualidade do ensino ministrado nas IES, nesse contexto de sucateamento da Universidade e de precarização do trabalho dos professores.

Raquel Dias

*Professora Adjunto do Curso de Pedagogia
1ª Secretária da Regional NE 1 do Andes-SN*

COMEMORAÇÃO 3 ANOS DO PCCV

27 de maio, no Campus do Itaperi

Manhã, de 9h às 12h - Assembleia com café, voz e violão

TODOS À ASSEMBLEIA DOS DOCENTES!

PELA GARANTIA PLENA DOS DIREITOS!

Pauta:

- Informes
- Eleição dos delegados do Conad - Sugestão da diretoria: Elda e Erlenia
- Regulamentação do PCCV: análise do parecer da PGE. **Convidados:** escritório de advocacia Gomes & Uchoa, procuradoria da UECE e direção da Sinduece
- Concurso para professor
- Encaminhamentos

Tarde - Oficina de cartazes e banda de latas no Bloco I

Noite - Ato Político e Cultural

- Lançamento do documentário "Diário de Classe" com a memória das lutas na UECE
- Falações
- Show: Café, tapioca, voz e violão com os autores da trilha sonora do documentário

30 de maio, na AL

A partir das 9 horas da manhã

ATO UNIFICADO DAS TRÊS ESTADUAIS:

◦ Concurso para professor

◦ Nenhum direito a menos na regulamentação do PCCV

◦ Assistência estudantil

Objetivos: ganhar o apoio dos deputados e abrir audiência com o governador

Local: Assembleia Legislativa

Data: 30 de maio de 2011, às 9h